

Seminário as Famílias e as Políticas Públicas no Brasil

Promoção: ABEP – UNFPA – CNPq

Local Belo Horizonte, MG

Período: 21 e 22 de novembro de 2005

Sentimentos de família em jovens pais/mães das
camadas populares em Salvador, Ba

Acácia Batista Dias¹

¹ Docente da Universidade Estadual de Feira de Santana (DCHF/Mulieribus) e Pesquisadora associada do Programa de Estudos em Gênero e Saúde (MUSA/ISC/UFBA)

Pensar a juventude é pensar a diversidade que a circunscreve, reconhecendo que não se trata da definição de uma determinada faixa etária, mas de um processo, uma passagem à vida adulta, que tem, também, suas marcas de gênero. Galland (1993) aponta a vigência de um prolongamento da juventude, inclusive com maior investimento nos estudos e postergação de saída da casa parental.

As nuances dessa transição é demarcada por diferentes condição e posição de classe social (Bourdieu, 1992). Para esse autor, é importante investigar a juventude a partir da sua heterogeneidade, alertando que a linguagem possibilita reunir no mesmo conceito universos sociais distintos, mas não inviabiliza a construção de interesses coletivos de geração (Bourdieu, 1983). Dessa forma, a heterogeneidade é, também, formada por especificidades de origens sociais, perspectivas e aspirações, nas quais as vertentes de acesso à vida adulta mostram-se flutuantes, flexíveis e diversificadas, compondo a complexidade do debate e revelando a existência de várias formas de transição (Pais, 1993). Entre as quais se destaca a inserção no mundo do trabalho, com importância atestada pelos autores. Nesse sentido, Sposito (1997: 39) revela a trajetória de jovens de baixa renda, cujo trabalho precoce se constitui em uma necessidade que propicia a aquisição de autonomia e responsabilidade.

“Para o conjunto da sociedade brasileira, a tendência maior é a de antecipação do início da vida juvenil para antes dos 15 anos, na medida em que certas características de autonomia e inserção em atitudes no mundo do trabalho - típicas do momento definido como de transição da situação de dependência da criança para a autonomia completa do adulto – tornam-se o horizonte imediato para grande parcela dos setores empobrecidos”.

A literatura sobre a juventude no Brasil apresenta tendências semelhantes ao que se observa para os estudos sobre família, ou seja, reflexões mais direcionadas a determinados grupos e temáticas. Contudo, verifica-se que as mudanças globais impulsionam uma nova ordem no mercado de trabalho, fato que tem aproximado jovens de camadas médias e populares quanto à possibilidade/dificuldade de conquista da sua emancipação frente à família de origem (Casal, 1996). As produções mais recentes² versam sobre a correlação da juventude com situações de violência e marginalidade, educação e trabalho, sexualidade e saúde reprodutiva, manifestações culturais, mídia, e com menor ênfase, nas reivindicações políticas. As Ciências Sociais deparam-se agora com a necessidade de entender a juventude à

² Ver Zaluar, 1997; Novaes, 1997; Vianna, 1997, Abramo 1994, 1997, Heilborn, 1997; Alvim e Gouveia, 2000, Castro et.al., 2001, 2004; Cabral, 2002; Brandão, 2003, entre outros

luz de outros prismas, marcados por um processo de individualização que requer a compreensão da complexidade e diversidade da vida cotidiana a partir de um indivíduo mais reflexivo que explicita novos posicionamentos, valores, atitudes e diálogos entre e intergeração.

As argumentações apresentadas por Casal (1996) demonstram que os projetos de vida juvenis são construídos a partir do contexto sócio-cultural em que vivem. Assim, mesmo na perspectiva da escolha racional transparece determinações vinculadas a posição de classe e processo de socialização. As relações familiares intergeracionais, na contemporaneidade, fazem emergir a autoridade, a individualidade e a autonomia à luz de novos referenciais que contemplam o conflito e a cumplicidade, nas quais o jovem representa um “agente social e político” essencial para essa nova configuração. A família se modernizou e os indivíduos modernos a reivindicam (Singly, 1996) como instância essencial e com mudanças e continuidades na forma de atuação. Como ressalta Segalen (1996: 202):

“Neste final de século XX, vemos definir-se uma ‘nova juventude’, a das incertezas e dos períodos de transição: prolongamento do tempo das experiências, atraso na entrada no mercado de trabalho, recuo da constituição estável dos casais. Este período que marca a saída da adolescência em direção à entrada no mundo adulto não se processa da mesma forma para os dois sexos e os diferentes grupos sociais. Isto tem conseqüências sobre as relações no seio da família”.

A análise sobre família e juventude demanda por abordagens que contemplem a dinâmica das relações sociais, a partir dos seus diferentes atores e da identificação das suas fases da vida. Trata-se de entender as relações de independência e/ou dependência, solidariedade, autonomia, escolhas e limites existentes entre os membros da família. Dessa forma, o desdobramento do evento da gravidez na adolescência, sobretudo na questão da configuração dos rearranjos familiares, formas de apoio, solidariedade, conflitos, escolhas e recusas possuem estreita relação com o posicionamento das famílias dos jovens, suas condições materiais e suas práticas sociais. As relações familiares refletem, assim, os processos de individualização do sujeito e da transformação da intimidade (Giddens, 1993). No início de século XXI, a juventude desponta novamente como ator social expressivo e com a peculiaridade de comportamentos, ações e valores que simbolizam um *ethos*. As atuações sociais trazem inscritas características da sociedade moderna - mudanças rápidas e constantes (Hall, 2001), propiciando novas configurações, promoção da autonomia individual (Giddens, 2000) e respeito às diferenças.

Este texto versa sobre dos sentimentos de família a partir das narrativas de jovens de camadas populares que experimentaram a gravidez na adolescência (primeiro filho antes dos 20 anos). Em especial, privilegia-se a percepção através da formação de união conjugal e nascimento do primeiro filho. Nesse contexto, a família de origem configura-se como suporte material e afetivo imprescindível no processo juvenil de inserção na vida adulta a partir da condição de parentalidade³. Os dados analisados foram produzidos através da Pesquisa GRAVAD⁴, realizada em três capitais do Brasil, durante os anos de 1999 a 2002 e teve como população-alvo jovens de ambos os sexos, com idades entre 18 e 24 anos, situados em diferentes estratos sociais. Duas estratégias metodológicas foram utilizadas. A primeira qualitativa, com a realização de entrevistas semi-estruturadas; e a segunda quantitativa, representada por um inquérito domiciliar. Para fins desse texto os dados apresentados dizem respeito à jovens pais/mães de camadas populares residentes na cidade de Salvador.

Entre as características atuais da juventude está à tendência ao postergamento do casamento e certo privilegiamento pela modalidade de coabitação (em contraposição as formalidades religiosas e legais do matrimônio), principalmente motivada pelo nascimento do primeiro filho (Torres, 1996). Entre os jovens pais/mães aqui pesquisados vigora a associação entre parentalidade e constituição de uma nova família⁵. Embora assumindo ser esse o caminho mais adequado, não necessariamente é seguido. A decisão pela união conjugal⁶ é sempre atribuída como esfera de autonomia própria do jovem casal, mesmo que esteja atrelada a expectativa de suporte material e emocional das famílias para que essa escolha se concretize da melhor forma possível. Nesse sentido, tem relevância a questão do espaço para o casal (Cabral, 2002), quer seja o quarto cedido na casa dos pais quer seja a constituição de um domicílio próprio; esse espaço simboliza um “sentimento de família”(Áries, 1981a).

³ O termo parentalidade está sendo utilizado para designar a condição de maternidade/paternidade na adolescência; é um neologismo que visa suprir a falta da palavra em português, correspondendo ao termo inglês *parenthood* (Heilborn, 1993; Heilborn et. al., 2002)

⁴ O projeto “Gravidez na Adolescência: Estudo Multicêntrico sobre Jovens, Sexualidade e Reprodução no Brasil” foi elaborado originalmente por Maria Luiza Heilborn (IMS/UERJ), Michel Bozon (INED, Paris), Estela Aquino (MUSA/UFBA), Daniela Knauth (NUPACS/UFRGS) e Ondina Fachel Leal (NUPACS/UFRGS). A pesquisa está sendo realizada por três centros: Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde do IMS/UERJ, Programa de Estudos em Gênero, Mulher e Saúde do ISC/UFBA e Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde da UFRGS. O grupo de pesquisadores compreende Maria Luiza Heilborn (coordenadora), Estela Aquino, Daniela Knauth, Michel Bozon, Ceres G. Victora, Fabíola Rohden, Cecília McCalum, Tania Salem e Elaine Reis Brandão. O consultor estatístico é Antônio José Ribeiro Dias (IBGE). A pesquisa é financiada pela Fundação Ford e contou com o apoio do CNPq.

⁵ Considerando a tendência revelada, especialmente em estudos populacionais, sobre um prolongamento da idade para o casamento/união conjugal, devido à legitimidade social da dissociação entre relação sexual e matrimônio, observa-se aqui o sentido de união correlacionado à presença de filho.

⁶ No Brasil, embora persista o ideal de casamento formal apresentando ainda uma ocorrência significativa, a coabitação entre parceiros é legitimada socialmente. Dessa forma, os indivíduos unidos conjugalmente são rapidamente assimilados pelas famílias como parte da parentela.

Entre os/as entrevistados/as há um sentido implícito de que a família se constitui a partir de uma formação que reúne o casal e filho. Quando essa configuração não se estabelece, o filho é agregado à família de origem, adquirindo o sentido de novo membro. A reprodução do modelo nuclear figura como uma idéia definida no imaginário social (Fonseca, 2002), por isso este formato tende a ser socialmente esperado. A literatura contemporânea sobre casamento e/ou uniões conjugais refere-se à importância das relações amorosas como impulsionadoras ou responsáveis por esse processo. Segundo Goode (1970) a criança é socializada para se apaixonar, o que influi na probabilidade de que os jovens sejam “motivados a casar por causa do amor” (p.71). Esse sentimento, em última instância, pode ser compreendido como uma categoria que atribui forma ao existente (Simmel, 1993). Assim, os jovens se unem conjugalmente tendo em vista a perspectiva de acolhimento da criança e o afeto em relação ao outro, objetivando, entre tantas, uma das modalidades da atualidade: “o ideal de juntos por amor” (Bozon, 2004: 48). Dessa forma, a união conjugal juvenil está associada ao desejo e ao sentimento afetivo-sexual nutridos pelo parceiro/a, mas motivado, no momento, pela gravidez. Situação semelhante foi apontada por Pais (1993), em pesquisa realizada com jovens, ao constatar que na decisão de casar as hierarquias sentimentais e eróticas são privilegiadas.

A formação do casal na contemporaneidade endossa as características da escolha por amor, desejo, paixão, acompanhado da relação de confiança que se estabelece entre os pares (Giddens, 1993, 2002; Singly, 1993, 2000). Na literatura sociológica acerca do processo de individualização focalizando a esfera da intimidade, as relações sociais entre os sujeitos, especialmente no campo da afetividade, são marcadas por construção e negociação⁷ intensas. Tais relações são orientadas por uma busca de autonomia, que se expressa de forma plural, evidenciando as diferenças subjetivas inscritas nos tipos de inserções e posições sociais dos indivíduos. Ainda que marcadas por especificidades, figura como ícone do processo de construção da individualidade, a escolha do par com quem se quer estar e por quem se opta regido pelo sentido do “amor paixão” (Luhmann, 1991).

⁷ Também a partir de uma perspectiva macrosociológica, a relação família e indivíduo na contemporaneidade tem sido contraponto para o argumento do enfraquecimento das instituições e a análise da ação dos atores sociais, ressaltando-se as mudanças ocorridas e as novas relações que se estabeleceram. Touraine (1998: 51) afirma que “não é mais em termos institucionais que definimos uma situação familiar, mas de preferência em termos de comunicação entre os membros da unidade familiar, ou de reconhecimento de direitos e de interesses pessoais de cada um deles”. Catells (1999) pontua a profunda diversificação da família e a mudança do seu sistema de poder, assim, afirma o autor: “papéis e responsabilidades, não mais se ajustam às rotinas tradicionais: precisam ser negociados”(p.264).

Ainda que se trate de jovens e que a durabilidade das relações afetivo-sexuais seja demarcada pela possibilidade de incertezas, expressas na (possível) ausência da expectativa do “para sempre” e na valorização da intensidade do relacionamento, o significado de compromisso assumido com a parentalidade e/ou com coabitação, os remete a um outro patamar de vida, tornando-os (e/ou sentindo-se) pais e mães de família. Tal fato revela certa suficiência para considerarem-se adultos⁸. Béjin (1987) afirma que na coabitação juvenil não predomina a suposição de que o relacionamento seja definitivo, a sua duração está submetida a uma renegociação cotidiana entre os parceiros. Jovens casais ao decidirem pela coabitação firmam um compromisso, mas atestam que a união se realiza em função da gravidez, ainda que, em algum momento, o casamento estivesse em seus planos. Embora, em determinados casos, tenha ocorrido pressão da família da moça para uma assunção da paternidade que contemplasse a união conjugal, todos os jovens insistem no registro de que a situação de conjugalidade foi uma decisão do casal.

Os relacionamentos afetivos dos jovens são reconfigurados a partir do nascimento do filho. Os relatos evidenciam uma tendência à união do casal com a descoberta da gravidez e/ou nascimento do filho. Entre os/as 14 jovens de camadas populares entrevistados/as, seis se uniram conjugalmente (quatro moças e dois rapazes) em função da experiência de maternidade e paternidade na adolescência. Dois outros rapazes mantêm o relacionamento afetivo-sexual com as mães dos seus filhos e esboçam o desejo de se casarem com elas. A formação de união conjugal é mais ressaltada pelas mulheres, os poucos casos por parte dos rapazes não é surpreendente, levando em conta que são mais novos do que os parceiros das jovens mães. A maior estabilidade conjugal das moças provavelmente deriva de uma melhor inserção social dos seus companheiros. Vale ressaltar que a gravidez entre adolescentes foi mais freqüente entre os rapazes, cujas parceiras eram quase sempre mais novas ou tinham a mesma idade deles.

Quando o jovem casal consegue formar sua própria família, geralmente o domicílio se localiza próximo à casa de seus familiares. Assim, seus vizinhos são caracterizados por relações de parentesco: mães, sogras, cunhados, tios. Não raras são às vezes em que o novo endereço corresponde à casa de cima ou a da frente da residência dos pais. Guedes (1998) ao analisar as relações familiares a partir dos quintais - agrupamento da casa de parentes dentro de um mesmo lote – , demonstra que a família é representada, nessa relação de proximidade,

⁸ Alguns entrevistados, sobretudo os rapazes já expressam formas de inserção na vida adulta, especialmente via trabalho, o que implica rendimentos próprios e possibilidades de contribuição no orçamento doméstico. Mas, o cuidado com um outro indivíduo, completamente dependente, aguça o sentido de responsabilidade, como se não os permitissem mais retornar à adolescência.

tanto como unidade de consumo quanto na sua dimensão simbólica. Afirma a autora que os quintais podem “ser considerados como forma empírica mais visível da rede de parentesco. Concretizam, assim, no espaço, os princípios morais através dos quais as pessoas se relacionam” (p.201). Nesse espaço, as redes de parentesco e vizinhança fazem circular, ao mesmo tempo em que recriam “os referenciais simbólicos através dos quais o mundo adquire sentido.” (p.202). Dessa forma, as relações sociais entre parentes consanguíneos e afins que são estabelecidas no quintal (aqui referido também como vizinhança) potencializam as trocas imediatas, as entre-ajudas, mas também potencializam os conflitos, ressalta a autora.

Entre os/as entrevistados/as, duas jovens declaram moradia próxima à casa da mãe de seus parceiros de quem dependem financeiramente para manter as próprias casas. Embora vivendo em núcleos residenciais separados, suas casas são consideradas circunstancialmente porosas, visto que são penetradas pela rede de parentesco (Guedes, 1998). Uma delas vive em uma casa emprestada pela sogra, que mora no fundo, seu parceiro está desempregado, faz *alguns biscates*, mas o que ganha não cobre as despesas da família. As duas moças (ambas com 18 anos) têm em comum o fato de que seus pais residem no interior da Bahia e de serem vizinhas das sogras. Ter a família como vizinhança é comum nas camadas populares⁹. A mulher busca particularmente morar próximo à mãe, em razão do predomínio e da predisposição de tensões na relação entre nora e sogra. Esse vínculo é constitutivo de uma relação por afinidade e representa “uma relação obrigatória, quer dizer, inevitável, inelutável, forçosa” (Lemarchant, 2000: 168), com poucas chances de fazer prevalecer a dimensão eletiva.

A literatura aponta a tendência da relação de proximidade, apoio e afeto na díade mãe-filha e um maior distanciamento dos filhos, pois estes tendem a conviver mais com as famílias de suas esposas (Macêdo, 2001; Agier, 1990), sem que esse movimento implique perda do afeto e do apoio material de suas famílias de origem. No tocante as relações de troca e de ajuda, a tendência é que se recorra às mães. Afinal, “uma mulher sempre está mais disponível para sua filha do que para sua nora” (Lemarchant, 2000: 170). Logo, os laços filiais se intensificam, sobretudo no cuidado com os/as netos/as. Vários estudos sobre relações familiares apontam que a proximidade geográfica é um fato importante na consolidação da solidariedade familiar, mas os laços afetivos não são comprometidos por um distanciamento espacial (Peixoto, 2000).

⁹ O nascimento da criança reforça a necessidade do jovem morar próximo à família, assim podem recorrer aos auxílios e apoios no cuidado e criação dos filhos. Mas, como já apontado, a proximidade remete também a existência de conflitos, especialmente na forma como esses jovens exercem a parentalidade, muitas vezes criticada por seus pais.

Em recente trabalho sobre paternidade na adolescência em camadas populares no Rio de Janeiro, Cabral (2002) revela que a acomodação do novo casal tem características de virilocalidade. A análise das trajetórias de união dos rapazes de Salvador revela que à época em que dois deles viveram com suas parceiras (mães dos seus filhos), estas também foram morar na casa dos pais deles, esse rearranjo familiar responde à “atribuição masculina de prover o teto” (Sarti, 2003: 65). Mais ainda, evidencia que o espaço disponível da casa paterna “acomodava melhor” o jovem casal e filho, dentro da conjuntura de precariedade vivida pelas famílias das camadas populares, aquelas que recebem o jovem casal têm uma situação econômica mais favorável. No grupo analisado, fatores como condição financeira e espaço físico da casa estiveram sempre associados na alocação do casal por uma das famílias de origem. Uma moça (18 anos) foi morar com a família do parceiro (16 anos) e conta que na casa da sogra sente-se pouco a vontade, pois, não é a própria casa, além de manifestar preocupação com a ocorrência de conflitos familiares¹⁰, daí o desejo de ter a sua própria residência. Outra jovem (20 anos), quando estava grávida do segundo filho, foi morar com os pais do segundo parceiro, visto que lá, também, havia um quarto para o casal. Apenas uma (19 anos) mora com o parceiro e a filha na casa de sua mãe. As duas já moravam juntas e como ela não tem irmãos, por parte de mãe, trouxe o parceiro para morar em casa. Agora grávida do segundo filho revela não ter intenção de sair da casa materna, pois conta com muito apoio dela no cuidado com a filha pequena, inclusive para continuar a frequentar a escola.

Ao narrarem o enredo que se inicia com a constatação da gravidez até seus desdobramentos, os sujeitos mencionam a importância da parceria: alegrias, descobertas; como também, frustrações, decepções e saudades. Algumas falas publicizam a importância do afago do outro na produção de si. Um moço de 20 anos, ao referir ao parceiro atual, afirma: *ele faz coisas que a minha mãe nunca fez por mim. Amor mesmo, ele me dá carinho. Nunca tive carinho de mãe nem de pai.* Depois da experiência de outros relacionamentos, ela aposta que encontrou a pessoa certa. O relacionamento é baseado na expectativa de suprir as carências materiais e afetivas que a acompanham desde a infância, primeiro porque o parceiro está providenciando um local para eles se instalarem, e essa é uma reivindicação antiga na vida dela; segundo, ele é *muito carinhoso*, isso o diferencia do ex-parceiro visto que *nem um carinho o miserável sabia dar.*

¹⁰ Knauth e Leal (2001: 151), ao tratarem de questões sobre parentesco por aliança e unidade doméstica, afirmam que “Dividir o espaço doméstico com a família de aliança não é, portanto, uma situação simétrica para homens e mulheres, mas uma situação na qual a mulher é mais prejudicada, pois se encontra privada de seu espaço privilegiado de atuação, que é o próprio espaço doméstico”.

A expressão da emoção sobre a atual parceria, geralmente, é construída em contraposição a relacionamentos afetivos anteriores. Entre as formas de caracterizar o sentimento que nutrem pelos pares, prevalece a menção ao gostar ou sentir-se apaixonado/a. A palavra “amor” e suas derivações são mais frequentemente designadas para os filhos e as pessoas da própria família, especialmente aos primeiros. Assim, é comum nos discursos, expressões como: *o meu amor materno; amo meu filho; ele é minha vida; ela me mostrou amor e carinho e dar amor*. Esse sentimento traz a conotação de eternidade, é percebido como inviolável. Um tipo de manifestação que nas relações familiares simboliza que esse amor pressupõe gratuidade e incondicionalidade (Singly, 2000a).

A família contemporânea ocupa lugar privilegiado tanto na reprodução biológica e social como na construção da identidade individualizada (Singly, 2000a), na qual a conjugalidade assume o estatuto de domínio autônomo da família (Heilborn, 2004). Fundamentando, assim, a esfera da produção de sentido, onde a parentalidade adiciona sentido existencial para o indivíduo (Torres, 2000). Desse modo, a decisão de morar junto é permeada de sentimentos e significados. O nascimento do filho é emblemático na construção da nova família, pois, atua como instância de acolhimento para a criança, algo como uma estrutura familiar (Palma e Quilodrán, 1997). Assim, as condições de parentalidade e conjugalidade aguçam o sentido de responsabilidade e promovem o redimensionamento do novo contexto em que se inseriram. Estar e morar junto cria uma interação cotidiana (Torres, 2001), ainda que precedida da convivência do namoro. Estar em situação de cônjuge pressupõe “encarar a esfera privada como um mundo onde há escolha e autonomia para ‘moldar’ a realidade à nossa maneira, o que tende a traduzir-se em altas expectativas em relação ao casamento” (p.91).

O cotidiano da vida do jovem casal é revelado como um aprendizado dinâmico e potencialmente sujeito a “metamorfose dos sentimentos” (Kaufmann, 2001). O posicionamento frente aos conflitos, as negociações e as decisões esboçam questões de âmbito individual, mas há também o recurso à família (Brandão, 2003), como domínio legitimado de aconselhamento e amparo. Quando o assunto é o relacionamento do casal, a família é requerida, especialmente no tocante as circunstâncias que envolvem indecisão e angústia, buscando aclarar sentimentos e escolhas. A experiência de vida dos pais e em alguns casos de irmãos mais velhos é valorizada, não significando, necessariamente, acatar as propostas destes.

Na sociedade contemporânea, a valorização da autonomia dos indivíduos endossa a premissa de que “a relação a dois é um assunto puramente privado, que diz respeito apenas

aos envolvidos” (Prost, 1992: 92). Os comportamentos juvenis, muitas vezes, são emblemáticos dessa tendência, mas a vida de casal (jovem), acentuada com a presença de filho, não consegue manter o distanciamento, ou a independência almejada, dos posicionamentos, das atenções e sugestões familiares. Os/as entrevistados/as não relatam um cotidiano da vida de casal compartilhado com os pais, fazem questão de demarcar que a condição de casal constitui uma esfera autônoma das suas vidas. Assim, afirmam que a coabitação com os/as parceiros/as é regida por negociações e renegociações próprias do casal, embora tenham ciência das expectativas familiares sobre seus comportamentos e atitudes. Não decepcioná-los é mais uma das tensões vividas em um momento de tantas novidades e descobertas, o que revela uma sutil forma de controle parental.

No campo de possibilidades das relações sociais entre casais, situações de conflito emergem, sobretudo, relacionadas à nova conjuntura que se impõe na vida dos jovens pais provoca inquietudes, incertezas e receios sobre o *devoir*. Situação que se agrava quando no namoro já incorre questões de incompatibilidades que denotam dúvidas sobre a sua continuidade. Segundo Palma e Quilodrán (1997: 157):

“Da gravidez da companheira ao casamento, a experiência é a de ‘dormir e acordar casado’. A irrupção da gravidez faz com que sentidos e projeções vinculadas à definição e construção da relação de casal se tensionem, diante da iminência de trajetos biográficos inteiramente diferentes.”

A narrativa do jovem expressa dilemas presentes na vida conjugal, nos quais o indivíduo oscila entre o “eu” e o “nós” (Singly, 2000b). A família contemporânea se constitui numa esfera capital na construção de si, construção da individualidade no espaço das relações, reafirmando o caráter relacional do indivíduo (Singly, 2000a). Segundo Kellerhals et. al. (1989) o grupo familiar é composto de vários tipos de “nós”, todos legitimados, mas sem a predominância de um deles¹¹. Os discursos juvenis ao expressarem a noção de grupo familiar, demonstram consonância com a perspectiva na qual “a família apresenta-se, assim, como espaço onde se confrontam e se mesclam valores que privilegiam o indivíduo e aqueles que acentuam a importância do grupo social” (Barros, 2004: 20).

¹¹ Kellerhals et al. (1989) consideram que o sentimento de pertença é uma das formas de construção simbólica da realidade familiar, composta por o “nós-casal”, o “nós-família” e o “eu” individual. A ordenação de prioridade entre eles apresenta variação vinculada a “diferentes distribuições de recursos e por formas distintas de resolução de conflitos de interesse.” (p.86).

Na literatura sócio-antropológica brasileira, um dos campos de debate sobre família demarca uma distinção acerca da sua representação entre os diversos segmentos sociais. Os autores advogam a preponderância de valores mais igualitários e individualistas associados às camadas médias, em contraposição a valores mais relacionais e hierárquicos nas camadas populares. Nessa perspectiva, os jovens baianos apresentam uma peculiar ambivalência, o ideal individualista, aqui também predominante nas camadas médias, cede espaço para o indivíduo relacional com a emergência da parentalidade. A forma como se manifestam as relações familiares, com ênfase no grupo e no parentesco, possui configurações específicas de *ethos*, cujo código de valores é definido por sentimentos de moralidade e responsabilidade.

Ao associarem a união conjugal à constituição de uma nova família, os jovens definem como prioridade dessa instância as funções parentais, cuja conotação se expressa no eu e no outro. Quando refletem sobre a trajetória da adolescência à experiência de paternidade/maternidade, avaliam que poderiam ter investido primeiramente no “eu-individualizado”, onde se inclui a conquista de independência e maior autonomia. E só depois, na formação familiar – sempre mencionada como um desejo. A “mudança de planos” com o nascimento da criança, e as relações sociais que passam a existir entre pais e filhos, se apresenta envolta por um “espírito de família”, funcionando como *habitus* de reafirmação institucional que, segundo Bourdieu (1996: 129): “visam produzir, por uma espécie de criação continuada, as afeições obrigatórias e as obrigações afetivas do sentimento familiar (amor conjugal, amor paterno, amor materno, amor fraterno etc.)”. Uma das moças (18 anos) afirma que a gravidez impõe compromisso para o casal, visto que *se não tivesse filho, era melhor porque a gente estava namorando. No dia que não desse certo, cada um para o seu lado, não teria com o que se preocupar*. Mas a presença da criança redimensiona a situação, afinal enfrentar uma separação implica que: *sempre quem vai sofrer as conseqüências é ela [filha], por ter que ficar separada do pai ou da mãe*. O valor atribuído à família é reafirmado nas orientações dadas pela mãe da jovem, quando se preparava para morar com o parceiro:

Ela me mandou tomar juízo, que agora era diferente, agora eu não estava mais com namorado. Agora eu estava tendo responsabilidade, porque um marido a gente tem que respeitar, não é como um namorado. Um namorado, no caso, você está com ele, mas se você não o quiser mais, você não tem nenhum compromisso com ele, você pode namorar outro. Marido não, marido você tem que respeitar.

A literatura brasileira que discute relações familiares nas camadas populares é categórica na premissa de que filho e casamento/união ao implicar responsabilidade acentua o

significado da moralidade e da honra (Duarte, 1986; Sarti, 1994, 1995, 2003, Heilborn, 1997). Tornar-se pai/mãe (de família) é assumir dependentes, é cumprir obrigações, mesmo que matizadas em graus variados. Alguns jovens, geralmente homens, se recusam a constituir união conjugal, mantendo a assunção paterna; outros aguardam um momento financeiramente propício para formarem um novo domicílio e poder reunir a família; e outros se rendem à coabitação. Há que se considerar que a parentalidade em si mesma já demarca mais uma esfera de reconhecimento de autonomia, que passa a ser conquistada cada vez mais precocemente por crianças e adolescentes.

É próprio da família contemporânea a conquista por parte dos indivíduos do direito a uma vida privada autônoma (Prost, 1987). Na fase da adolescência, a esfera da vida privada começa a se delinear. Uma das instâncias de demonstração desse processo se expressa através do percurso amoroso-sexual (Bozon, 2004) e intensifica-se com a constituição do casal e nascimento do filho. Essa autonomia se revela e se constrói vinculada ao emblema da individualidade. E, se por um lado, é polêmica a questão acerca das potencialidades de sua manifestação nos diferentes segmentos sociais, por outro lado, o entendimento das relações familiares requer abordagens que privilegiem esse debate. Sarti (1995) chama a atenção para o fato de que o problema reside na compatibilização entre a individualidade e a reciprocidade familiar. Assim, as pessoas desejam aprender, ao mesmo tempo, “a serem sós e a serem juntas”.

Novas configurações e relações familiares estão vigorando ou se enraizando na nossa sociedade, percebe-se a propagação de valores mais igualitários, modificando as relações sociais de gênero e geração, ainda que expressem marcas de classe social. Assim, a família brasileira apresenta a peculiaridade da convivência sutil e complexa entre o arcaico e o moderno (Figueira, 1987). O dinamismo social, no qual se incluem as relações familiares, demonstram a convivência entre as “mudanças e permanências”, evidenciando que “o vínculo conjugal (mesmo temporário) constitui a base recorrente para a construção da esfera privada da vida social” (Durham, 1983: 42), nominalmente a família conjugal. Observei, em alguns casos, o desejo de casar nos moldes tradicionais¹² quer por uma escolha dos jovens quer por um desejo dos pais. Ainda que sejam expressivas as mudanças no sentido do casamento, como por exemplo, não necessariamente anunciar uma passagem¹³ devido às pequenas etapas

¹² Oliveira (1996) pontua que nas últimas décadas houve um aumento de uniões informais, fenômeno verificado no Brasil e em alguns outros países.

¹³ Segalen (2002) chama a atenção para o fato de que Bourdieu discorda da referência a rito de passagem, posto que, em sua opinião, o fundamental não é a passagem e sim a “linha que separa um antes de um depois” (p.50), aquilo que os diferencia, por isso adota a noção de rito de legitimação ou instituição. Para a autora, “ritos de

constituídas na prática das relações do casal (Segalen, 2002); mas permanece, com o casamento, o sentido de conferir “publicidade a um ato de compromisso” (p.58).

A atitude masculina de assunção e formação de família, muitas vezes, “envolve simultaneamente a demanda de construção de sentidos biográficos e de respostas à ordem social” (Palma e Quilodrán, 1997: 170). Entre aqueles que passaram a coabitar com o/a parceiro/a, alguns desfizeram o laço conjugal, geralmente após o nascimento do filho. Os discursos não refletem uma banalização da separação, mas é perceptível uma naturalidade da situação, caracterizado como algo presumível e em alguns casos previsto. Ariès (1987) ressalta a temporalidade da coabitação juvenil na contemporaneidade, destacando que os jovens não são adeptos a um compromisso (duradouro), posto que “a permanência não é moderna” (p.161). Assim, para esse autor vivemos uma sociedade que “privilegia o instante e a ruptura” (p.162). Nessa perspectiva, Luhmann (1991) acrescenta que o mundo moderno não consegue prever a estabilidade do casamento ou de outras relações íntimas. Atualmente, uniões, separações e recasamentos fazem parte da dinâmica das relações afetivo-sexuais, com maior regularidade.

Após a separação, a atenção direciona-se para a responsabilidade e o cuidado com o filho. É importante, sobretudo para os rapazes, continuar a cumprir as suas funções parentais. Novos relacionamentos são vislumbrados, ainda que as mulheres pontuem maiores restrições devido à presença cotidiana do filho. Alguns jovens descrevem a interrupção ou término do relacionamento revelando que ainda sentem-se envolvidos afetuosamente com o/a pai/mãe do seu filho, mas demonstram que o amor por si só não é suficiente para manter a vida conjugal (Torres, 1996). Outras questões, descobertas, anseios e recomeços balizam essa decisão.

Nas narrativas femininas, estão presentes situações de desilusão em relação ao ex-parceiro, justificadas por mudanças de comportamentos, sobretudo depois do nascimento da criança. A convivência marca as descobertas de si e do outro na relação a dois. A conjugalidade dos casais jovens também é vulnerável a presença de “sinais de desconstrução em relação ao sentimento inicial, situações conflituais de desfecho incerto” (Torres, 2000: 155).

Nos momentos de conflitos conjugais, os indivíduos buscam alguém de referência para dialogar, mas revelar acontecimentos ou situações da intimidade requer confiança¹⁴. Algumas

passagem e de instituição não se excluem mutuamente, eles existem uns nos outros, especialmente quanto aos efeitos agregativos.” (p.52).

¹⁴ Giddens (1993) ressalta que as relações de parentesco são de confiança, mas ela deve ser constantemente negociada e barganhada. Tal pressuposto, para ele, é próprio do momento atual.

jovens privilegiam a família¹⁵, particularmente a mãe como principal interlocutora. É interessante notar que em certos depoimentos femininos são perceptíveis determinadas mudanças de atitudes – as amigas são substituídas pela mãe, sobretudo para conversar assuntos de família. Em última instância, é a mãe que ocupa posição privilegiada no diálogo com os filhos. Vale lembrar que a conversa entre pais e filhos é também uma possibilidade de controle familiar (Rezende, 1990). A construção social da mãe, para além dos estereótipos presentes no imaginário social, reúne elementos de mito (cautela com conselhos, avisos e pressentimentos maternos) e de sabedoria. É uma relação de confiança porque se acredita que ela deseja sempre e irrestritamente o bem dos seus filhos. Segundo Badinter (1985: 213): “a família moderna se recentra em torno da mãe, que adquire uma importância que jamais tivera”.

Nos discursos dos jovens pais e mães de Salvador dois momentos são destacados na relação entre amizade e família. O primeiro é caracterizado pela fase inicial da adolescência, na qual o grupo de pares (amigos e colegas) assume a alusão ao “diálogo aberto”, a possibilidade de expor dúvidas, afetos, desejos, planos etc. Já as conversas em casa são marcadas por uma diversidade de temas, mas sem a construção da intimidade necessária para troca ou narrativa de confidências, sobretudo no campo da sexualidade. O segundo momento tem como marco a parentalidade juvenil. Assim, na percepção dos pais, seus jovens filhos ascendem socialmente, adotando a condição de paternidade/maternidade como elemento que os impulsionam para a maturidade. Dessa forma, tornar-se pai/mãe (de família), com ou sem vínculo conjugal, remete a um reconhecimento da inserção na vida adulta. Para alguns jovens, as relações familiares modificam-se substancialmente nesse momento e a parentalidade juvenil cria instâncias e relações próximas entre pares (pais e filhos-pais). Entretanto, não ocorre uma perda da dimensão das hierarquias e assimetrias, os pais dos jovens não são simbólica e efetivamente destituídos da sua autoridade. As relações entre eles apresentam nuances, compartilham um campo de maior cumplicidade, confiança e intimidade. Pais e filhos, muitas vezes, consideram-se mais próximos e mais amigos.

Os jovens pais consideram fundamental a importância da relação de amizade entre os familiares, e ressaltam nos seus discursos que pretendem investir na conquista dos filhos afim de que se tornem amigos. Acreditam no sucesso desse investimento tanto pela percepção das mudanças nos comportamentos familiares, com a possibilidade de maior interação afetiva

¹⁵ Segundo Kellerhals et.al. (2002), a geração mais jovem elege pessoas da família a partir de critérios de afinidade e confiança e estabelecem com elas uma relação de maior proximidade. Essa eleição está diretamente relacionada à construção da identidade familiar dos indivíduos.

entre os indivíduos – particularmente entre homens, como por uma menor distância etária entre eles e as crianças, favorecendo a vivências de experiências de um mesmo tempo. No momento atual, a juventude expressa como marca do seu tempo a possibilidade de maior abertura para conversas em famílias, do que as gerações anteriores.

Em termos de relações familiares, ainda verifica-se uma centralidade de referências que identificam a esfera doméstica como domínio feminino, mantendo-se os homens como coadjuvantes nas atividades parentais, sobretudo no cuidado infantil (Medrado, 1998; Ridenti, 1998). Mas os estudos sobre família têm criado novos campos de debate contemplando a construção de óticas plurais que dialogam com as categorias de gênero, classe social, raça/etnia e geração, nas quais a perspectiva relacional dos indivíduos traz para a arena personagens já conhecidos, mas com novas nuances. Um dos exemplos correntes é a discussão de inovações no exercício da paternidade, que enseja desde a visibilidade do homem como outro protagonista na família, até a participação nas tarefas domésticas e cuidados com os filhos. Contudo, continua “largamente inexplorada, na nossa sociedade pós-freudiana, tanto a relação pai-filho como a relação pai-filha” (Saraceno, 1997: 77).

A condição parental promove uma identidade social, e ainda que simbolicamente, aproxima pais e filhos (também pais). Entretanto, no caso dos rapazes prevalece a crítica juvenil da ausência de uma intimidade com o pai, sobretudo para debater questões afetivas. Embora seja anunciada uma “qualidade do relacionamento, com ênfase sobre a intimidade que substitui a relação de autoridade dos pais” (Giddens, 1993: 111), é perceptível que sua implantação encontra-se em estágios variados. É possível que os jovens pais ao proporem relações de maior cumplicidade e menor distanciamento com seus filhos, já experimentem relacionamentos mais próximos do ideal democrático anunciado no âmbito das relações familiares, que já é atestado por alguns grupos sociais em determinados contextos culturais.

Entretanto, o que se verifica nas narrativas dos rapazes aqui pesquisados é que “no plano das trocas afetivas e simbólicas, as mulheres são os principais agentes” (Segalen, 1996: 128). Assim, o comportamento familiar reafirma o domínio feminino no tocante às funções de atenção e cuidado com os membros da família, seguindo a norma social ainda predominante. Mas é importante para os jovens que seus pais reconheçam o processo de crescimento pessoal ao qual foram submetidos desde a gravidez até a gestão das suas funções paternas.

Os momentos iniciais do exercício da paternidade e da maternidade revelam muitas ambigüidades. Para além do contraponto entre possibilidades de pais e de não-pais juvenis, os indivíduos incorporam os atributos sociais da parentalidade e as singularidades das relações

de gênero neles imbricados. É certo que o percurso trilhado para aquisição do estatuto de adulto fica mais complexo com um “filho no colo”. Há uma predisposição juvenil para que essa experiência tenha a marca do seu tempo, daí a tentativa de contraposição a determinados comportamentos familiares nos quais foram socializados. Entretanto, algumas referências apresentam valores que permanecem, especialmente, na caracterização das funções parentais. Assim, a relação mãe-filho, narradas pelas moças, revela a necessidade de se pensar primeiro no filho: *tudo é para o filho*. Aparece também, o sentido de companhia - *de não sentir-se sozinha*, intrinsecamente relacionado ao espaço doméstico, pois, geralmente, os filhos sempre moram com a mãe.

Já os discursos dos rapazes sugerem um movimento contrário ao revelado no âmbito feminino. A materialização do filho requer a construção de uma imagem (pública) de pai. Entre os elementos constitutivos dessa imagem, está a concepção, inferida por Cabral (2003), na qual a paternidade representa uma demonstração pública da masculinidade¹⁶. A responsabilidade, que os jovens propagam, advém, especialmente, da existência da criança. Em última instância, a capacidade de criar, de prover e de educar, compõe, em grande medida, a condição masculina. A presença do filho/a promove uma resignificação dos projetos de vida, pois é importante se preservar para continuar cumprindo o compromisso da assunção parental.

Os relatos juvenis, frequentemente, enfatizam que a parentalidade requer as mesmas funções para pais e mães. Para eles/as, o maior desafio está na criação do filho, que deve conter amor e limite. Não obstante, a criação de filhos seja percebida como responsabilidade de ambos, o discurso mais igualitário, de homens e mulheres, é balizado por assimetrias de gênero quando se define a participação de cada um nas funções parentais. Assim, é incumbência do pai, mais do que da mãe, é dar limites ao filho, favorecendo, dessa forma, a permanência da autoridade como qualidade masculina. As jovens mães esperam essa postura dos rapazes e quando esta não se efetiva a crítica traduz certo desapontamento.

Os anseios de uma participação mais compartilhada estão no horizonte de aprendizado de jovens pais e mães, incluindo um reconhecimento social da paternidade. Embora as práticas revelem a continuidade de uma divisão desigual de tarefas e atribuições na esfera doméstica; observa-se que já se esboça uma postura juvenil que propõe a implementação de relações mais próximas e menos hierarquizadas entre pais/mães e filhos. Assim, reivindicações são registradas e novas práticas são, lentamente, incorporadas nas suas

¹⁶ Fonseca (2000) também ressalta que para o homem de família, uma das expressões de prestígio social se expressa na associação virilidade e procriação.

relações sociais, pois, "é também no cotidiano da vida familiar que surgem novas idéias, novos hábitos, novos elementos, através dos quais os membros do grupo (...) criam condições para a lenta e gradativa transformação da sociedade" (Bruschini, 1993: 77).

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena W. *Cenas juvenis. Punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta/ANPOCS, 1994.

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: ANPED, n.5/6, 1997. p. 25-36.

AGIER, Michel. O sexo da pobreza: homens, mulheres e famílias numa "Avenida" em Salvador da Bahia. *Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 2, n. 2, 1990, p. 35-60.

ALVIM, Rosilene; GOUVEIA, Patrícia (Orgs.). *Juventude anos 90: conceitos, imagens, contextos*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

_____. O amor no casamento. In: ARIÈS, P. e BÉJIN, A. (Orgs.). *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.153-162.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARROS, Myriam M. L. Velhice na contemporaneidade. In: PEIXOTO, C. E. (Org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.13-23.

BÉJIN, André. O casamento extraconjugal dos dias de hoje. In: ARIÈS, P. e BÉJIN, A. (orgs.). *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p.183-193.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p.112-121

_____. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

BOZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRANDÃO, Elaine R. *Individualização e vínculo familiar em camadas médias: um olhar através da gravidez na adolescência..* Tese de Doutorado – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003

BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, Maria. A. e GUERRA, Viviane. N. A. (orgs.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1993. p.49-80.

CABRAL, Cristiane S. *Vicissitudes da gravidez na adolescência entre jovens das camadas populares do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2002.

CASAL, Joaquim. Modos emergentes de transición a la vida adulta en el umbral del siglo XXI: aproximación sucessiva, precaridad y desestructuración. In: PAIS, José M. & CHISHOLM, Lynne. *Jovens em Mudança: Actas do CONGRESSO INTERNACIONAL GROWING UP BETWEEN CENTRE AND PERIPHERY*; 2-4 de maio 1996. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p.121-142.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Mary G. et al. *Cultivando vidas, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esportes e cidadania com jovens em situação de pobreza*. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação KELLOGG, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

_____. *Juventude e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

DUARTE, Luis F. D. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília: CNPq, 1986.

FIGUEIRA, Sérvulo A. O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: FIGUEIRA, S. A. (org.). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987. p.11-30.

FONSECA, Claudia. Mãe é uma só?: Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. *Psicologia*. USP. V.3, n.2, São Paulo, 2002. p. 49-68.

GALLAND, Olivier Qu'est-ce que la jeunesse? In: CAVALLI, Alessandro & GALLAND, Olivier (orgs.). *L'Allongement de la jeunesse*. Arles: Editions Actes-Sud, 1993. p.11-18.

GIDDENS, Anthony. *A Transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

_____. *Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GUEDES, Simoni L. Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais. *Caderno do CRH*. Salvador, n.29 (Gênero e Família), jul/dez. 1998. p.189-208.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HEILBORN, Maria Luiza. O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, Felícia R. *Quem mandou nascer mulher?* Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p.291-342.

_____. Família e sexualidade: novas configurações. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). *Família e Sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.9-14.

KAUFMANN, Jean-Claude. Construção dos hábitos conjugais e sexualidade. *Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, ano 3, n. 2, p.121-132. jul./dez. 2001.

KELLERHALS, Jean et. all. *Microsociologia da Família*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1989.

_____. Linguagens do parentesco: lógicas de construção identitária. *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*. Lisboa. v.37, n.163, 2002. p.545-567.

KNAUTH, Daniela R. & LEAL, Ondina F. Sexualidade, reprodução e negociação familiar. *Interseções – Revista de Estudos Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, ano 3, n. 2, p.147-158. jul./dez. 2001.

LEMARCHANT, Clotilde. O parentesco por aliança, um parentesco desejado? Formas e conteúdo das relações entre noras e sogras na sociedade francesa contemporânea. In: PEIXOTO, C. et al (orgs.). *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.157-166.

LUHMANN, Niklas. *O Amor como Paixão: para a codificação da intimidade*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1991.

MACÊDO, Márcia S. Tecendo o fio e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: BRUSCHINI, C. & PINTO, C. R. (orgs.). *Tempos e Lugares de Gênero*. São Paulo: FCC e Editora 34, 2001. p.53-83.

NOVAES, Regina R. Juventudes cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais. In: VIANNA, Hermano (org.). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p.119-60.

PAIS, José M. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PALMA, Irma & QUILODRÁN, Cecília. Opções masculinas: jovens diante da gravidez. In: COSTA, Albertina (Org.). *Direitos tardios: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina*. São Paulo: Prodir/FCC; Rio de Janeiro: Editora 34, 1997. p.141-71.

PEIXOTO, Clarice E. Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais. In: PEIXOTO, C. et al (orgs.). *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.95-111.

PROST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: PROST, A. & VINCENT, G. *História da Vida Privada: da primeira guerra aos nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 13-153.

REZENDE, Claudia B. Diversidade e identidade: discutindo jovens de camadas médias urbanas. In: VELHO, G. (org.) *Individualismo e juventude*. Comunicação. n.18. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1990. p.5-24

SARTI, Cynthia A. A família como ordem moral. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. n. 91, nov. 1994. p. 46-53.

_____. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC, 1995. p.39-49.

_____. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez, 2003.

SEGALEN, Martine. *Sociologia da família*. Lisboa: Terramar, 1996.

_____. *Ritos e Rituais Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SIMMEL, Georg. *Filosofia do Amor*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SINGLY, François. *Sociologie de la famille contemporaine*. Paris: Éditions Nathan, 1993

_____. *Le modèle singulier da la famille contemporaine*. In: NEYRAND, Gerard. *La famille malgré tout*. Paris: Panoramiques. 2^e trimestre, 1996. n.25. p.29-35.

_____. O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal familiar. In: PEIXOTO, C. et al (orgs.). *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000a, p.13-19.

_____. *Libres ensembles: l’individualisme dans l’avie commune*. Paris: Nathan, 2000b.

SPOSITO, Marília P. Estudos sobre juventude em educação. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo: ANPED, n.5 e 6, 1997. p.37-52.

TORRES, Anália C. Casar? Por que não? – perspectivas de jovens portuguesas sobre o casamento e a família. Actas do CONGRESSO INTERNACIONAL GROWING UP BETWEEN CENTRE AND PERIPHERY. Lisboa, maio/1996. p.201-221.

_____. A individualização no feminino, o casamento e o amor. In: PEIXOTO, C. et al (orgs.). *Família e individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 135-156.

_____. *Sociologia do casamento*. Portugal: Celta, 2001.

TOURAINÉ, ALAIN. *Poderemos viver juntos?: iguais e diferentes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VIANNA, Hermano (org.). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

ZALUAR, Alba. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, Hermano (Org.). *Galeras cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. p.17-57.